



Miguel Baltazar



Autores do estudo lamentam a desvalorização do valor social da casa”.

HABITAÇÃO

“As casas estão transformadas em ativos financeiros”

Um estudo do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra crítica as políticas do Governo e conclui que todas as medidas estão viradas para a atração de investimento, descuidando o direito à habitação.

FILOMENA LANÇA

filomenalanca@negocios.pt

A manutenção de incentivos ao investimento estrangeiro, nomeadamente de natureza fiscal, juntamente com medidas como a recente criação das sociedades de gestão imobiliária (as SIGI, versão portuguesa dos REIT), “que não têm como objecto a garantia do direito à habitação”, são circunstâncias que, longe de resolverem os problemas de habitação que o país atravessa, contribuem ainda mais para os alimentar e agravar. Está é uma das principais conclusões do estudo “A nova questão da habitação em Portugal: uma abordagem de economia política”, realizado por vários investigadores do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra e coordenado por Ana Cordeiro Santos.

O trabalho, apresentado

esta terça-feira em Lisboa, faz uma análise dos últimos anos da habitação em Portugal e é muito crítico em relação ao que identifica como um “conflito entre uma economia política dependente da promoção de um mercado imobiliário internacional e a garantia do direito à habitação”.

Basicamente, sublinha a autora, as últimas décadas tem sido num sentido cada vez mais relevante de financeirização da habitação, no sentido em que tem vindo a ser alimentada “a procura transnacional dirigida ao mercado português, nomeadamente através de fundos de investimento imobiliário” que tem como principal alvo à procura internacional, nomeadamente através da reabilitação urbana de edifícios habitacionais para estrangeiros. Tudo isto num contexto em que assistimos a “uma desvalorização do valor social da casa e à transformação desta num activo financeiro”.

O estudo passa em revista medidas como os vistos gold, o

regime fiscal dos residentes não habituais e as mais recente SIGI, para concluir que são sobretudo instrumentos susceptíveis de “transformar propriedade imobiliária em activos financeiros”.

No caso das SIGI, remata Ana Santos, “serão os novos senhorios e, sendo sociedades cotadas em bolsa, não é difícil antecipar que responderão em primeiro lugar perante os seus acionistas”.

Igualmente muito crítica foi a deputada socialista Helena Roseta, que esteve na apresentação do trabalho como comentadora. Roseta, que é autora do projecto de lei de bases da habitação que o Partido Socialista apresentou no Parlamento, defendeu que é preciso promover mais habitação pública e aumentar a regulação no mercado habitacional.

“Precisamos de leis mais justas e mais sérias” já que as actuais leis “estão muito longe de obedecer à Constituição da República em matéria de habitação”, rematou. ■